



# **DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIO 2007**

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### CONTEÚDO

• PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	3
• BALANÇOS PATRIMONIAIS	6
• DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	8
• DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
• DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS	10
• NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11



**HM & Z Consulting – Auditores e Consultores Associados Ltda**  
**Auditoria, Consultoria, Assessoria, Gestão Empresarial, Gestão de**  
**Riscos e Controles, Avaliações e Outsourcing**

Av. Governador Bley, 186, Ed. Bemge - Conjuntos 709 e 710  
CEP: 29.010-150 - Vitória/ES - Telefax: + 55 27 3223-1002  
[www.hmzconsulting.com.br](http://www.hmzconsulting.com.br)

## **COMPANHIA DE ARMAZÉNS E SILOS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CASEMG**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2007**

### **Parecer dos Auditores Independentes**

Aos

Acionistas e Administradores da

**Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG**

Belo Horizonte – MG

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Exceto pelos fatos mencionados no terceiro e quarto parágrafos, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da

Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. A Companhia é detentora de créditos a receber, provenientes da desapropriação de imóveis de sua propriedade por Prefeituras Municipais do Estado de Minas Gerais. Esses créditos no montante de R\$ 2.388.528,00 (em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 2.388.528) estão sendo discutidos judicialmente (Nota 6), bem como possui créditos em cobranças judiciais provenientes de valores a receber relativos à concessões de direito de uso de armazéns de sua propriedade e de duplicatas a receber em cobrança judicial no montante de R\$ 1.823.898,00 (em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 1.755.666) (Nota 7). A Administração da Companhia consubstanciada na opinião da sua Assessoria Jurídica registrou provisão para possíveis perdas na realização dos referidos créditos contingenciais no montante de R\$ 686.474,00 (em 31 de dezembro de 2006 – R\$ 640.215,00). Entretanto, não nos foi possível concluir sobre a adequação do valor provisionado para possíveis perdas na realização dos referidos créditos, bem como quanto ao reflexo das suas correspondentes contrapartidas no resultado.
4. A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível e trabalhista. A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de sua Assessoria Jurídica, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomadas para cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio. No entanto, as informações registradas nas demonstrações financeiras, de acordo com a nota explicativa nº. 11 não nos permitem opinar se o montante provisionado é suficiente, ou não, para cobrir possíveis perdas relativas a tais contingências.
5. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que poderiam ocorrer se não houvessem as limitações mencionadas no terceiro e quarto parágrafos, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, em 31 de dezembro de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

6. As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 29 de janeiro de 2007, com ênfase quanto aos assuntos contingenciais mencionados no seu terceiro parágrafo.

Vitória - ES, 27 de fevereiro de 2008.

**HM & Z CONSULTING – AUDITORES E CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA**  
CRC-ES nº. 002591/O

**Fernando Nascimento Zatta**  
Contador  
CRC-ES nº. 005497/O

**Lafaiete Jorge Siqueira Ferreira**  
Contador  
CRC-ES nº. 11213/O

## Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro

### Em reais

<b>Ativo</b>	<b>2007</b>	<b>2006</b>
<b>Circulante</b>		
Caixa e bancos	282.447	287.649
Aplicações financeiras	-	698.352
Contas a receber de clientes	986.377	1.085.767
Estoques	96.815	176.375
Despesas antecipadas	80.287	62.660
Adiantamentos concedidos	21.853	31.847
Imóvel alienado em fase de recebimento	942.927	407.331
Tributos a recuperar	155.272	189.965
Outros créditos e valores	175.759	124.622
	<b>2.741.737</b>	<b>3.064.568</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Desapropriação de imóveis a receber	2.388.529	2.388.528
Valores bloqueados pela justiça	868.093	809.480
Cobranças judiciais	1.823.898	1.755.666
Depósitos judiciais	318.023	319.589
Valores a receber de imóveis vendidos	-	217.223
Outros créditos e valores	6.290	109.405
Provisão para devedores duvidosos	(686.474)	(640.215)
	<b>4.718.359</b>	<b>4.959.676</b>
<b>Permanente</b>		
Imobilizado	<b>32.177.259</b>	<b>34.879.695</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>39.637.355</b>	<b>42.903.939</b>

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras*

## Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro

### Em reais

	2007	2006
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>		
<b>Circulante</b>		
Fornecedores	906.720	384.056
Salários e contribuições previdenciárias	793.743	723.615
Obrigações tributárias	118.840	268.024
Parcelamento REFIS	243.343	200.000
Provisão para contingências	654.373	1.500.000
Acordos trabalhistas	947.700	-
Outras obrigações a curto prazo	48.988	50.567
	<b>3.713.707</b>	<b>3.126.262</b>
<b>Não Circulante</b>		
<b>Exigível a longo prazo</b>		
Provisão para contingências	-	1.389.168
Parcelamento REFIS	5.743.572	5.768.194
Provisão para tributos a recolher	721.640	708.511
	<b>6.465.212</b>	<b>7.865.873</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		
Capital Social	161.176.620	161.176.620
Prejuízos acumulados	(131.718.184)	(129.264.816)
	<b>29.458.436</b>	<b>31.911.804</b>
<b>Total do Passivo</b>	<b>39.637.355</b>	<b>42.903.939</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

## Demonstrações de Resultados

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro

#### Em reais

	2007	2006
<b>Receita Operacional Bruta</b>		
Venda de Mercadorias e Serviços	12.805.793	11.770.623
<b>Impostos e Outras Deduções da Receita</b>		
COFINS Não Cumulativa	(973.240)	(893.599)
PIS Não Cumulativo	(211.296)	(193.870)
ISSQN	(387.775)	(354.627)
ICMS	(2.311)	(107.210)
Créditos PIS/COFINS não cumulativo	413.509	396.454
	1.161.113	1.152.852
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>11.644.680</b>	<b>10.617.771</b>
 Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	 (8.857.104)	 (8.788.882)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.787.576</b>	<b>1.828.889</b>
<b>Receitas (Despesas) Operacionais</b>		
Despesas gerais e administrativas	(4.497.760)	(3.788.082)
Reversão de provisões constituídas	702	6.341
Outras receitas operacionais líquidas	1.116.509	1.976.880
Receitas (despesas) financeiras líquidas	33.200	(42.974)
Depreciação	(3.109.011)	(3.119.625)
	<b>(6.456.360)</b>	<b>(4.967.460)</b>
<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(3.668.784)</b>	<b>(3.138.571)</b>
<b>Resultado não operacional</b>		
Alienação de imóveis	1.276.039	556.809
<b>Prejuízo Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(2.392.745)</b>	<b>(2.581.762)</b>
 <b>Prejuízo Líquido do Exercício</b>	 <b>(2.392.745)</b>	 <b>(2.581.762)</b>
Prejuízo líquido por lote de mil ações do capital social	(0,0595)	(0,0642)
Quantidade de ações ao final do exercício	40.212.516.561	40.212.516.561

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*



---

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro

#### Em reais

---

	Capital social integralizado	Prejuízos acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2005</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(126.642.294)</b>	<b>35.534.326</b>
Ajustes de exercícios anteriores	-	(40.760)	(40.760)
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.581.762)	(2.581.762)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(129.264.816)</b>	<b>31.911.804</b>
<b>Saldos em 1º. de janeiro de 2007</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(129.264.816)</b>	<b>31.911.804</b>
Ajustes de exercícios anteriores		(60.623)	(60.623)
Prejuízo líquido do exercício		(2.392.745)	(2.392.745)
<b>Saldos Em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>161.176.620</b>	<b>(131.718.184)</b>	<b>29.458.436</b>

*As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras*

## Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

### Exercícios Findos em 31 de Dezembro

	2007	2006
<b>Origens de recursos</b>		
Nas operações sociais		
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Reversão de provisão	(702)	(6.341)
Atualizações e juros do exigível a longo prazo	225.378	287.180
De terceiros		
Redução do realizável a longo prazo	1.019.042	1.509.892
Alienação de Imobilizado	1.312.044	1.127.487
Aumento do exigível a longo prazo	13.129	35.250
<b>Total dos recursos obtidos</b>	<b>2.568.891</b>	<b>2.953.468</b>
<b>Aplicações de Recursos</b>		
Das operações sociais		
Prejuízo líquido do exercício	2.392.745	2.581.762
Lucro na venda de imobilizado	1.276.039	556.809
Ajustes de exercícios anteriores	59.921	33.810
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante		
Depreciação	(3.109.011)	(3.119.625)
Variações monetárias passivas	-	609
Aumento do realizável a longo prazo	777.725	945.628
Adições de imobilizado	442.580	1.087.427
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	1.639.168	687.307
<b>Total dos recursos aplicados</b>	<b>3.479.167</b>	<b>2.773.727</b>
<b>Aumento (redução) do capital circulante líquido</b>	<b>(910.276)</b>	<b>179.741</b>
<b>Ativo circulante</b>		
No início do exercício	3.064.568	4.153.298
No fim do exercício	2.741.737	3.064.568
	<b>(322.831)</b>	<b>(1.088.730)</b>
<b>Passivo circulante</b>		
No início do exercício	3.126.262	4.394.733
No fim do exercício	3.713.707	3.126.262
	<b>587.445</b>	<b>(1.268.471)</b>
<b>Aumento (Redução) do capital circulante líquido</b>	<b>(910.276)</b>	<b>179.741</b>

*As notas explicativas da administração são partes integrantes das demonstrações financeiras*

---

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

*(Em reais)*

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

---

A Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG é uma sociedade por ações, constituída através da Lei nº 1643 de 06 de setembro de 1957. Tem como principal objetivo armazenar e ensilar produtos do agronegócio, bem como exercer o comércio de produtos similares aos recebidos em depósitos, na forma do Decreto nº 3855 de 03 de julho de 2001, executando os serviços conexos e praticando os atos pertinentes a essas finalidades, e operando como Armazéns Gerais em 20 Unidades de Armazenagem e Negócios no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de maio de 2000, mediante contrato de compra e venda, realizou-se a transição acionária do Governo do Estado de Minas Gerais para a União, não havendo qualquer modificação das atividades operacionais. Encontra-se a empresa incluída no PND - Programa Nacional de Desestatização.

### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações e Normas do Conselho Federal de Contabilidade.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº. 11.638/07, que altera e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, especificamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. A referida Lei tem como principal objetivo atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos, em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. No início do exercício de 2008, algumas alterações são aplicáveis, sendo que outras dependem de normalização por parte dos órgãos reguladores no Brasil.

Como decorrência dessa lei, as principais alterações que terão efeito imediato sobre as demonstrações financeiras da Companhia, a partir do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2008 são as seguintes:

- Substituição das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC);
- Publicação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA);

- Demonstração de novos subgrupos de contas: intangível e ajustes de avaliação patrimonial no grupo do patrimônio líquido;
- Obrigatoriedade de a Companhia analisar a capacidade de recuperação dos valores apresentados no ativo imobilizado, intangível e diferido, periodicamente;

Entre outras alterações.

As demonstrações contábeis integram as alterações trazidas pelos normativos contábeis Normas e Procedimentos de Contabilidade – NPC nº. 27 – Apresentação e Divulgações, e nº. 22 – Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, ambas emitidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em 03 de outubro de 2005, as quais foram aprovadas pelas Deliberações CVM nº. 488 e nº. 489, respectivamente. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, foram reclassificadas para fins de comparabilidade com as do exercício corrente, e torná-las adequadas aos normativos contábeis mencionados. As alterações resultantes dos normativos citados foram os seguintes:

- Apresentação dos grupos “Não Circulante” no ativo e no passivo.
- Classificação da provisão de contingências de acordo com os parâmetros para fins de reconhecimento dos ativos e passivos em contingentes ou não.

### **3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

#### **a) Ativos circulante e não circulante**

São apresentados por valores de custo ou de realização, e incluem quando requerido, as variações monetárias e rendimentos. Estão classificados no circulante os ativos cuja realização ou pagamento dar-se-á em período inferior a um ano.

#### **b) Disponibilidades e aplicações financeiras**

Estão avaliados ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

#### **c) Contas a receber**

São apresentados pelos respectivos valores de realização, líquidos da provisão para devedores duvidosos, constituída com base na avaliação da situação de cada cliente, considerada suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas no recebimento dos créditos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída sobre os créditos que envolvem riscos e em montante suficiente para a cobertura de possíveis perdas.

**d) Estoques**

Os estoques estão representados por materiais de manutenção e consumo nos Armazéns Gerais. O estoque de mercadorias de clientes é registrado no livro de Inventário, não sendo registrado em balancete.

**e) Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 1995.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando as estimativas de vida útil-econômica dos bens (Nota nº. 9).

**f) Demais ativos circulante e não circulante**

Os demais ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo valor de custo ou líquido de realização, dos dois o menor e, incluem quando aplicável os rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço.

**g) Classificação dos passivos circulante e não circulantes**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias ou contratuais incorridas.

**h) Provisão para contingências**

A provisão para contingências relacionada a processos de natureza tributária, trabalhista e cível é reconhecida quando a Companhia parte de uma obrigação legal, ou constituída como resultado de eventos passados, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação, com base na opinião dos assessores jurídicos. As provisões são reconhecidas considerando as melhores estimativas da Administração.

**i) Demais passivos circulante e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos até a data do balanço.

**j) Apuração do resultado**

O resultado das operações sociais é reconhecido pelo regime contábil de competência de exercício.

### k) Imposto de renda e contribuição social refletidos nos resultados

O Imposto de Renda Federal, o Adicional de Imposto de Renda e a Contribuição Social de que trata a Lei nº 7.689/88, incidem direta ou indiretamente sobre o resultado apurado pela companhia, ajustado segundo critérios fiscais, disciplinados na legislação tributária. O imposto de renda e a contribuição social, do exercício corrente, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real anual.

### l) Estimativas contábeis

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de julgamento na determinação e reconhecimento de estimativas contábeis. As estimativas da Administração envolvem a análise de ativos e passivos, mediante premissas que incluem a provisão para devedores duvidosos, valor residual do imobilizado, e provisão para contingências. Os resultados efetivos podem se apresentar diferentes dessas estimativas e julgamentos feitos pela Administração. A Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

## 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

O saldo de R\$ 986.377 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 1.085.767 em 31 de dezembro de 2006) refere-se a valores a receber de clientes, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, correspondente a serviços prestados e não recebidos até 31 de dezembro, conforme demonstrado a seguir:

UNIDADES ARMAZENADORAS	POSIÇÃO EM 2007	POSIÇÃO EM 2006
Alfenas	0	20.000
Araguari	26.827	48.074
Bonfinópolis	10.725	0
Buritit	1.186	6.686
Capinópolis	68.829	118.187
Centralina	5.700	5.548
Conceição das Alagoas	0	0
Frutal	20.813	9.554
Ipiacu	137	212
Ituiutaba	124.204	54.704
Monte Carmelo	47.805	97.626
Paracatu	50.287	68.627

Passos	17.880	118.983
Patos de Minas	86.624	78.179
Patrocínio	77.599	169.769
Sacramento	19.884	28.076
Santa Vitória	17.978	5.935
Tupaciguara	10.247	3.792
Uberaba	30.446	52.611
Uberlândia	269.561	163.926
Unaí	99.645	35.278
<b>TOTAL</b>	<b>986.377</b>	<b>1.085.767</b>

## 5. OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Referem-se basicamente à concessão de direito real de uso de imóveis, no valor de R\$ 122.278, à venda dos imóveis nas cidades de São Francisco, em 2006 pelo valor de R\$163.302, para pagamento em 30 meses, com saldo remanescente em 2007 de 14 parcelas; Distrato de Escritura Pública Declaratória de Distrato de Doação com o município de Contagem, em 2007 pelo valor de R\$ 1.190.000 para pagamento em 10 parcelas mensais. Em 31 de dezembro de 2007 restam a ser recebidos R\$ 942.927, da seguinte forma:

	(R\$)		
	São Francisco	Contagem	Total
Valores a receber no curto prazo	71.374	871.553	942.927

## 6. DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS A RECEBER EM COBRANÇA JUDICIAL

	2007	2006
Prefeitura Municipal de Gov.Valadares	683.489	683.489
Prefeitura Municipal de Ipanema	459.957	459.957
Prefeitura Municipal de Muriaé	1.235.681	1.235.681
Prefeitura Municipal de Centralina	9.401	9.401
	<b>2.388.528</b>	<b>2.388.528</b>
(-) Provisão para perdas	(254.730)	(254.730)
	<b>2.133.798</b>	<b>2.133.798</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da Companhia. Na ação contra a Prefeitura de Governador Valadares a certeza do direito é latente, por se tratar de execução de título extrajudicial (Escritura Pública de Desapropriação Amigável). Os valores a receber das Prefeituras de Ipanema e Muriaé originam-se de ações que contam com julgamentos favoráveis à CASEMG, com trânsito em julgado quanto ao mérito e pleno reconhecimento do direito da Companhia, com precatórios já constituídos, posto estarem em fase de execução.

## 7. COBRANÇAS JUDICIAIS

O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2007, de R\$ 1.823.898 , decorre de valores a receber relativos à concessões de direito real de uso e duplicatas a receber em cobrança judicial.

	2007	2006
Prefeitura Municipal de Frutal	888.174	888.174
Prefeitura Municipal de Felixlândia	192.828	192.828
Prefeitura Municipal de Gurinhatã	132.580	132.580
Prefeitura Municipal de São Francisco	18.178	18.178
Prefeitura Municipal de Espinosa	99.585	99.585
Usapanos Panos Limpeza	209.230	209.230
Iconomil	135.421	135.421
Líria de Cássia Salomão	34.802	34.802
Oliveiros Fernando Nogueira Lima	22.403	22.403
Valdir José Faria	1.287	1.287
Cezar Dalbert Bizinoto		2.646
Outros Valores em cobrança judicial	89.410	18.532
	<b>1.823.898</b>	<b>1.755.666</b>
 (-) Provisão para perdas	 (431.744)	 (385.485)
	<b>1.392.154</b>	<b>1.370.181</b>

Estes valores a receber estão sendo discutidos judicialmente. A provisão para perdas demonstrada está baseada na expectativa de êxito no mérito das ações informada pelos assessores jurídicos da Companhia. A ação contra a Prefeitura de Frutal constitui matéria de Direito e está em fase de execução de sentença, com julgamentos favoráveis à CASEMG em 1ª e 2ª instâncias, sem trânsito em julgado por existirem recursos às instâncias superiores, embora, esteja em fase de negociação extrajudicial, no intuito de recebimento e/ou compensação de créditos junto ao município. As ações judiciais frente às Prefeituras de Felixlândia, Gurinhatã e Espinosa encontram-se ainda em fase de conhecimento, sem julgamento do mérito. Por se tratar de descumprimento de contratos, constituindo-se matéria exclusivamente de Direito, há plena possibilidade de êxito quanto ao reconhecimento dos créditos da Companhia.



## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 318.023 decorre de valores depositados judicialmente para fazer face à depósitos recursais relativos a ações trabalhistas. A companhia constituiu provisão no passivo para suportar eventuais perdas.

## 9. IMOBILIZADO

	Taxa anual depreciação	2007	2006
Terrenos		592.214	620.156
Edificações	4%	8.707.011	8.708.704
Máquinas e Equipamentos	10%	47.931.841	47.775.844
Móveis e Utensílios	10%	1.409.406	1.449.050
Veículos	20%	137.171	132.051
Armazéns e Silos	4%	88.766.038	89.060.252
Obras em andamento		198.105	5.665
Direitos de Propriedade		216.541	215.741
Equipamentos de Informática	20%	387.638	391.008
		148.345.965	<b>148.358.471</b>
(-) Depreciação Acumulada		(116.168.705)	(113.478.776)
<b>TOTAL</b>		<b>32.177.259</b>	<b>32.879.695</b>

Em 2007 ocorreram baixas no imobilizado por força de alienações provenientes de leilões oficiais de bens móveis e do imóvel de Espinosa e distrato de escritura pública de promessa de doação do município de Contagem cujo resultado líquido, está apresentado no balanço pelo ganho de R\$ 1.276.039.

## 10. PARCELAMENTO REFIS

Está composto por débitos de INSS, COFINS, PIS e FUNDAP, de exercícios anteriores a 2000.

Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o saldo devedor do REFIS é como segue:

	2007	2006
Débito total	10.849.942	10.849.942
Compensação de Prejuízos Fiscais	(5.310.145)	(5.310.145)
<b>Dívida Consolidada</b>	<b>5.539.797</b>	<b>5.539.797</b>
Acréscimo (decréscimo) da dívida	428.397	315.541
Pagamento de parcelas no exercício	(206.657)	(174.324)
Atualização TJLP no exercício	225.378	287.180
<b>Saldo devedor REFIS</b>	<b>5.986.915</b>	<b>5.968.194</b>
<b>Dividido em:</b>		
Passivo Circulante	243.343	200.000
Exigível a Longo Prazo	5.743.572	5.768.194

---

## **11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS, CÍVEIS E VALORES BLOQUEADOS PELA JUSTIÇA**

---

A empresa mantém provisão para contingências registrada no Passivo Circulante, de R\$ 654.373, para fazer face às eventuais perdas futuras com reclamações trabalhistas e cíveis. O valor relativo às contingências trabalhistas e cíveis, já homologado equivale a R\$ 4.423.982, conforme nota técnica, sendo que a empresa dispõe de depósitos recursais e bloqueios judiciais de R\$ 1.186.116 e registro de provisão no montante de R\$ 1.602.073, apresentando uma insuficiência não provisionada em 31 de dezembro de 2007 de aproximadamente R\$ 1.635.793,.

Em 31 de dezembro de 2007, o saldo dos valores bloqueados pela Justiça do Trabalho para garantir o pagamento de indenizações de ações trabalhistas que estão *sub-júdice* totaliza R\$ 868.094.

Em 2007 foram liquidadas ações trabalhistas, por acordo nos autos ou por execução de sentença, no valor total de R\$ 2.110.428 com acordo já firmado no valor de R\$ 947.700 conforme registrado na rubrica “Acordos Trabalhistas” no Passivo Circulante.

---

## **12. PROVISÃO PARA TRIBUTOS A RECOLHER**

---

O ISS e o IPTU a recolher, no valor de R\$ 721.640, referem-se a débitos mantidos junto à Prefeitura de Frutal desde 1991, os quais estão sendo discutidos judicialmente.

---

## **13. CAPITAL SOCIAL**

---

Em dezembro de 2007 o Capital Social, no valor R\$ 161.176.620, é dividido em 94,87% em ações ordinárias e 5,12% em ações preferenciais sem valor nominal, cuja composição acionária é a seguinte: Governo Federal (92,6%); CONAB (7,05%); BDMG (0,21%); Outros (0,14%).

---

## **14. AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

---

Os ajustes de exercícios anteriores lançados em 2007, de R\$ 60.623, decorrem basicamente de estorno de provisão de faturamento.

---

## **15. DESPESAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS**

---

Os saldos em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2006 referem-se às despesas financeiras pagas ou incorridas, deduzidas das receitas financeiras, como segue:

	R\$	
	2007	2006
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>(344.753)</b>	<b>(477.289)</b>
- Juros e VM, pagos ou incorridos	6.515	7.148
- Multas dedutíveis e indedutíveis	12.223	91.022
TJLP sobre REFIS	225.378	287.180
Comissões, despesas bancárias e outras	100.637	91.939
<b>Receitas Financeiras</b>	<b>377.954</b>	<b>434.315</b>
Taxa de Permanência	133.110	91.399
Apropriação de juros e multas	218.534	148.188
Renda de aplicação financeira	26.310	194.728
<b>Total</b>	<b>33.201</b>	<b>(42.974)</b>

## 16. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2007 a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e intempéries em valores considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros com as mercadorias de terceiros depositadas em seus armazéns.

## 17. REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS

Os valores da maior e menor remuneração dos Administradores da Companhia são R\$ 7.500,00 e R\$ 6.800,00, respectivamente, e dos empregados são R\$ 4.497,00 e R\$ 380,00, respectivamente.

## 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia não possuía valores apresentados nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2007, originados por operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos naquela data-base, que requeressem divulgação específica.

### DIRETORIA

#### DANUZA BIAS FORTES CARNEIRO

Diretora -Presidente Técnico Operacional

#### NACIB DUARTE BECHIR

Diretor Administrativo - Financeiro

### Contador:

José Maria Lopes  
CRC- 49.680/0-0



**Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais**  
**Rua dos Timbiras, 1754 – 14º/15º Andares.**

**CEP: 30140-061 – Belo Horizonte/MG**

**Fone: (31) 3272.2833 – Fax: (31)3272.2829**

**E-mail: [presidencia@casemg.com.br](mailto:presidencia@casemg.com.br)**

**[www.casemg.com.br](http://www.casemg.com.br)**